

SESSÃO
Contextos locais e novos compromissos pela Educação

Animador do Debate - José Afonso Baptista

José Afonso Baptista*

Senhor Presidente do Conselho Nacional de Educação, Professor Doutor Júlio Pedrosa; Senhor Presidente do Centro Regional do Norte da Universidade Católica Portuguesa, Professor Doutor Joaquim Azevedo; Senhor Vereador da Câmara Municipal do Porto, Eng.º Vladimiro Feliz; Senhor Vereador da Câmara Municipal de Gondomar, Dr. Fernando Paulo; Senhor Professor Carlos Rodrigues, da Universidade de Aveiro.

Dirijo a todos os meus cumprimentos, agradecendo a participação no debate que vai seguir-se. Mas queria cumprimentar muito especialmente o Professor Doutor Júlio Pedrosa, na qualidade de Presidente do Conselho Nacional de Educação, dirigindo-lhe as minhas felicitações não só pelos vinte anos de aniversário da Instituição a que preside, mas sobretudo porque o Conselho Nacional de Educação conseguiu transformar-se num órgão de grande prestígio, com contributos do maior relevo para o desenvolvimento da Educação em Portugal. A iniciativa que hoje aqui tem lugar mostra como o CNE está atento aos problemas que enfrentamos e como procura trazê-los ao debate público para o seu esclarecimento e superação.

Queria também agradecer-lhe o honroso convite que me dirigiu para coordenar este debate. A sessão desta manhã revelou a importância e oportunidade do tema, ao mesmo tempo que reflecte a preocupação por um problema não resolvido e que é transversal a todo o sistema educativo, com particular incidência na qualidade da educação e no desempenho das escolas e dos actores educativos. Espero que a sessão desta tarde traga uma nova luz sobre a *autonomia das instituições educativas e novos compromissos pela educação*.

Durante a manhã tivemos uma sessão especialmente focalizada no ensino superior e o seu interesse decorreu do testemunho pessoal de alguns dos seus actores mais qualificados e da sua experiência vivida. Tivemos aqui

* Universidade Católica Portuguesa

uma perspectiva de autonomia, com contornos e em contextos específicos, que é importante salientar.

Durante a tarde, vamos sobretudo debruçar-nos nos contextos locais e nos novos compromissos pela educação, com novos actores e com muitas interrogações. A *autonomia* faz a ponte entre as duas sessões, mas enquanto na primeira parte tivemos uma autonomia sobretudo concebida a partir da matriz do Ministério da Educação e portanto numa lógica mais estatal, durante a tarde vamos ter a oportunidade de contactar outros cenários e outros actores da autonomia com propostas susceptíveis de gerar um debate múltiplo no campo da educação e gestão do ensino.

Nesta sessão da tarde vamos ter três intervenções de fundo, seguidas de debate. Vamos ouvir os vereadores da educação de duas autarquias, a Câmara Municipal do Porto e a Câmara Municipal de Gondomar, e vamos ouvir o Professor Carlos Rodrigues da Universidade de Aveiro, um especialista na área do desenvolvimento regional.

Passo de imediato a palavra ao Eng.º Vladimiro Feliz, dizendo que é Vereador da Câmara do Porto e responsável pelo Departamento de Educação, Juventude e Inovação. Está intimamente ligado a um projecto educativo de grande envergadura, o projecto *Porto de Futuro* que abre portas a um novo modelo de conceber e gerir a educação.

A experiência do “Porto de Futuro”

Vladimiro Cardoso Feliz*

Boa tarde a todos. Na pessoa do senhor Presidente do Conselho Nacional de Educação, Professor Júlio Pedrosa, quero agradecer o convite que foi dirigido à Câmara Municipal do Porto para poder aqui partilhar um projecto novo, um projecto que consideramos inovador e que é uma das apostas deste executivo camarário. Cumprimentar também o Professor Joaquim Azevedo que tem sido um contribuinte forte do nosso projecto educativo – muito daquilo que vamos aqui apresentar foi já partilhado com a Universidade Católica e pessoalmente com o Professor Joaquim Azevedo. Aproveitar para cumprimentar todos os presentes e os companheiros de mesa.

O Porto de Futuro é acima de tudo um novo compromisso com a Educação e o projecto mais recente que a Câmara do Porto está a desenvolver no âmbito do Pelouro da Educação. A todos os que actuamos na área da educação há algo que nos move e esse algo tem a ver com aquilo que podemos contribuir para a mudança de vida das pessoas. Esta frase revela que *a nossa vida fará sentido se conseguirmos mudar a vida de uma criança*. Mas quem actua no sector da educação sente que tem o poder de mudar positivamente ou negativamente consoante a acção que tiver no futuro das novas gerações.

É nesse sentido que, no Porto, temos a visão de sempre fazer do nosso projecto educativo uma referência nacional e internacional no sector da educação, desenvolvendo-o sustentado numa estratégia participada e integrada e acima de tudo inclusiva. Mas, também, criar uma mudança de mentalidades que seja promotora de uma cultura baseada no conhecimento, inovação, criatividade e empreendedorismo e, acima de tudo, no mérito.

Para o desenvolvimento do nosso modelo, assentámos na nossa estratégia em cinco pilares de que vou falar; cada um deles é determinante.

* Câmara Municipal do Porto

A *governança*. Colocação de uma liderança forte no pelouro da educação, partilhada por toda a estrutura camarária, seja o Departamento de Educação e Juventude, sejam elas todos os serviços de suporte àqueles serviços que são essenciais à dinamização de um projecto educativo.

Outro pilar essencial é a *monitorização*. Nada se faz se não for medido globalmente, não só numa lógica de medirmos o impacto das políticas que estamos a implementar, mas também numa lógica de termos uma ferramenta de *benchmark* que nos permite comparar com outras realidades, com o impacto das nossas medidas face a determinados objectivos a que nos tínhamos proposto.

E três pilares mais verticais, mais orientados para a acção concreta do pelouro da educação. Têm um pilar estruturante que tem a ver com as *infra-estruturas* – todo o edificado e todos os equipamentos escolares físicos, digamos, todos os recreios das escolas e edifícios escolares. Temos um outro pilar que se prende com os *recursos* – todos os equipamentos, o mobiliário, todo o equipamento tecnológico que suporta a actividade lectiva. E, acima de tudo, um pilar essencial que é aquele em que nos vamos centrar hoje que tem a ver com o Porto de Futuro que são os *conteúdos* que disponibilizamos em prol do projecto educativo.

Temos um lema que é *pensar grande*. *Pensar grande*, ter uma ambição forte para o nosso projecto “*começar pequeno e crescer sustentadamente*”.

E porque surge o Porto de Futuro? O Porto de Futuro surge, acima de tudo, de um dos grandes desígnios deste executivo camarário que é o aproximar a sociedade civil da gestão da cidade, neste caso concreto da gestão das escolas.

A educação tem uma importância significativa no desenvolvimento de uma sociedade, de uma sociedade mais justa, coesa e competitiva e como vos disse no início, actuar a partir do ensino básico é estar a construir uma base sólida para uma geração de futuro e para uma cidade e uma região de futuro.

Portanto, sentimos que o valor acrescentado que o sector empresarial poderia trazer ao sector da educação – não só na vertente de transferência de conhecimento e de boas práticas, mas também na adequação da oferta, do sector da educação, à procura, do mercado empresarial, – é essencial. É essencial estabelecer pontes desde muito cedo, de forma a irmos formatando as novas gerações e o projecto educativo da cidade àquelas que são as reais necessidades do mercado e da região.

Havia também um ponto que nos preocupava e que nos preocupa no dia-a-dia. Tinha a ver e tem a ver essencialmente com o défice de competências de gestão que está muitas vezes associada aos conselhos executivos das diferentes escolas. Défice de competência, não porque as pessoas não tenham apetência, não porque não tenham a capacidade para, mas porque nunca foram preparadas nem formadas para este efeito.

Sentimos que o *input* que poderia advir do mercado empresarial era determinante para mudar mentalidades e para melhorar a capacidade de gestão das escolas da cidade, nomeadamente do 1.º, 2.º e 3.º ciclos.

Foi isto que fizemos. Tivemos um retorno extremamente interessante nos primeiros dois meses em que o projecto funcionou em fase piloto, de Abril a Junho do final do ano lectivo passado, em que foram muitas vezes as próprias empresas a elogiar o trabalho de gestão das escolas, porque o esforço de gestão era tal, face muitas vezes às dificuldades e à conjuntura com que lidamos no sector educativo, que as próprias empresas colheram alguns *inputs* para os seus quadros e para a sua força de gestão.

Os parceiros são estes. Os agrupamentos são os que vêm do lado esquerdo, emparelhamos 17 empresas de relevo não só no contexto regional mas também no contexto nacional com 17 agrupamentos de escola.

Então o que é o programa Porto de Futuro? Este é o *portfolio* de projectos que aqui temos. O que esteve na génese da formulação do protocolo entre as empresas e as escolas foi a consultoria de gestão, foi a base de trabalho para desenvolvermos este conjunto de parcerias, a ideia era criar um directório de boas práticas e uma plataforma de partilha de

boas práticas e de conhecimento entre o mercado empresarial e o sector educativo da cidade.

Foi esse o primeiro passo. Muitos projectos decorreram, com excelentes resultados. Em dois meses de trabalho posso-vos dizer que desde a participação de conselhos executivos das escolas nas formações de gestão de topo de muitas empresas relevantes que aqui vos apresentei, no desenvolvimento de planos estratégicos de médio e longo prazo para os agrupamentos, à produção de mecanismos de divulgação daquela que é a oferta do parque escolar de cada um dos agrupamentos e, quando falo na oferta, falo na oferta de salas para aluguer, de equipamentos desportivos para aluguer, de serviços que podem ser prestados pela comunidade escolar à sociedade, que passaram a ser vertidos num directório que é partilhado regularmente quer pelas empresas quer pelas escolas da cidade.

Na área do empreendedorismo – um dos vectores-chave que enunciei na nossa estratégia – estamos a desenvolver dois projectos. Um projecto é o *Mundo das Profissões*. O *Mundo das Profissões* consiste essencialmente em levar a empresa à escola e a escola à empresa. Como é que isto é feito? A ideia é que turmas específicas possam visitar uma empresa e partilhar com os quadros dessa empresa qual o quadro funcional de determinada função, no sentido de avaliar eventuais apetências dos alunos e afinar aquelas que podem ser as suas reais vocações.

Imagine-se um director financeiro, de um dos grupos que viram anteriormente, o director de recursos humanos, o director de produção, afinando aqui eventuais vocações e expectativas dos alunos que visitam as empresas. A ideia é que esses quadros se possam dirigir também à escola e que possam, com os alunos das diferentes escolas da cidade, partilhar experiências profissionais e vivências profissionais relevantes e debater assuntos específicos, que no futuro possam abrir novas janelas de oportunidade a estes jovens e a estas crianças. Este é um trabalho que está já a ser desenvolvido em algumas das escolas da cidade, desde o início do presente ano lectivo.

Um outro projecto, este desenvolvido em parceria com a Associação Aprender a Empreender, que visa promover a cultura empreendedora nos alunos do 1.º e 2.º ciclos das escolas da cidade do Porto. É baseado em conteúdos desenvolvidos pela Associação Aprender a Empreender, que tem parcerias público-privadas, no sentido de disponibilizar voluntários que são quadros das empresas associadas que ministram as acções de formação nas escolas da cidade. Portanto, há um compromisso forte que é não só o envolvimento das empresas na dinamização da Associação, mas dos seus próprios quadros na dinamização das acções de formação.

Dar-vos nota, também, que a Câmara do Porto será a primeira autarquia a associar-se à Associação Aprender a Empreender, porque entendemos que a cultura de empreendedorismo é um dos vectores-chave para o desenvolvimento futuro das novas gerações e da nossa sociedade.

O projecto *Role-models* que se divide em duas componentes, o *Projecto Um mês, uma história de vida* e o *Projecto Escola Positiva*.

O que é o *Projecto Um mês, uma história de vida*? As referências actuais dos nossos jovens e crianças que frequentam os estabelecimentos de ensino baseiam-se normalmente em modelos de notoriedade fácil, geralmente associados ao mundo do futebol e do espectáculo. Estes fenómenos são-lhes muitas vezes transmitidos como fenómenos de evolução fácil, sem o mínimo de esforço e sem o mínimo de empenho e, sem querer ferir qualquer susceptibilidade, o nosso objectivo é alterar o modelo de referências destas crianças, confrontando-os com exemplos que, baseando a sua carreira na formação e qualificação, atingiram patamares de notoriedade e conforto social tão ou mais relevantes do que as suas habituais referências.

Em que é que consiste o nosso projecto? O nosso projecto pretende seleccionar de uma lista de trinta candidatos, fornecida por três escolas de referência da cidade – a Universidade do Porto, o Instituto Politécnico do Porto e a Universidade Católica Portuguesa (Pólo Regional do Porto) – dez candidatos que revelem ter uma carreira profissional atractiva para as novas gerações. A ideia é que, destes trinta candidatos a exemplos de

notoriedade, seleccionemos dez dos quais possamos produzir pequenos filmes com argumentos mobilizadores para a consolidação de uma cultura baseada na qualificação, excelência, mas acima de tudo no mérito.

O público-alvo são todas as crianças e jovens que frequentem estabelecimentos de ensino da cidade, num universo compreendido entre o pré-escolar e o secundário. Como vos disse a ideia é definir uma *short list* de dez candidatos baseada num universo fornecido pelos parceiros da Academia do Porto, definir o argumento de cada uma das histórias e, acima de tudo, implementar o conceito de *um mês, uma história de vida, um mês, uma referência* e, se possível, deslocar a personalidade em causa à escola para a apresentação do filme ou o lançamento do filme e eventual debate com a comunidade escolar. Digo “se possível”, porque muitas destas personalidades, por conjunturas do mercado de emprego, muitas vezes tiveram que se deslocar para fora do país e exercem a sua profissão longe daqui e, por vezes, é difícil conciliar agendas.

Um dos objectivos deste projecto é proporcionar estes exemplos a estas novas gerações, mas acima de tudo mostrar-lhes que, com base numa aposta forte na formação e na qualificação, possam atingir graus de notoriedade e de reconhecimento público, tão ou mais elevado, do que têm hoje, por exemplo, o Cristiano Ronaldo ou a Shakira, pois são estes muitas vezes os exemplos que vemos nestas novas crianças que lidam muito recorrentemente com fenómenos de notoriedade fácil.

Dou-vos um exemplo que gostava de partilhar convosco. Na fase do eclipse da Lua, houve uma reportagem num canal de televisão, em que entrevistavam uma criança que seria um aluno do 1.º ciclo. Esse aluno revelou um conhecimento profundo, não só da forma como se processam os eclipses, mas revelava também fortes conhecimentos de astronomia, para a idade em causa. Quando lhe perguntaram o que pretendia ser como profissional, a criança referiu: jogador de futebol. O nosso objectivo passa por dar o nosso pequeno contributo para mudar esta mentalidade.

Um outro projecto passa por mostrar à comunidade envolvente de uma forma mais positiva. Os pais são normalmente chamados à escola por razões que não são as melhores, muitas vezes por problemas dos filhos, muitas vezes para discutir um défice de um aproveitamento, questões relacionadas com mau comportamento, o que leva a que o educador veja muitas vezes a escola como um elemento negativo e uma ocupação de tempo desnecessária. A nossa ideia é levar os pais à escola pela positiva e criar um directório de experiências profissionais ou de vida que possam ser partilhados com a comunidade escolar em *workshops*, mostrando que a escola é um espaço de partilha, um espaço acima de tudo de promoção do conhecimento e que é um espaço que quanto melhor funcionar, quanto mais bem visto for na sua envolvente, mais contribui para a melhoria dessa mesma envolvente.

No âmbito do abandono escolar, dois projectos: *voluntariado e desenvolvimento de capacidades e talentos*. Segundo dados da Universidade do Porto, 70% dos alunos desta Universidade são oriundos da classe média/alta. Obviamente que o abandono escolar e o insucesso escolar apresentam hoje números que nos preocupam a todos.

Nesse sentido resolvemos na cidade do Porto implementar um projecto que vise reduzir de forma significativa o insucesso e o abandono escolar, criando condições e soluções que assegurem que independentemente da sua condição económica, geográfica, social ou cognitiva, o aluno encontre todas as condições para continuar o seu percurso escolar.

Como é que nos propomos a desenvolver este projecto? Não há soluções milagrosas para resolver o problema do abandono e do insucesso escolar de um dia para o outro. Nesse sentido resolvemos discutir esta temática com quem sabe. Lançámos, então, o desafio ao Instituto Politécnico do Porto, à Universidade do Porto e à Universidade Católica Portuguesa (Pólo Regional do Porto), para connosco trabalharmos agrupamentos específicos que revelem dados de abandono e de insucesso escolar significativo.

A ideia é que cada uma destas entidades, devidamente articulada com o Departamento e com o Pelouro de Educação da Câmara do Porto, desenvolva metodologias próprias para o combate ao abandono escolar e ao insucesso escolar nestes agrupamentos críticos, que se crie uma plataforma de acompanhamento e de partilha de conhecimentos e de boas práticas decorrentes da experiência de cada um destes projectos em que se possam ir introduzindo as diferentes soluções que, no âmbito desta plataforma de acompanhamento possam ser partilhadas e replicadas aquelas que gerem maior consenso.

Obviamente que, no final do ano lectivo, haverá uma avaliação deste projecto-piloto que decorrerá no próximo ano civil, mas, ainda no presente ano lectivo e decorrente dessa avaliação, será estudada a melhor forma de generalizar este projecto a agrupamentos que revelem fenómenos de abandono e insucesso escolar relevantes. O público-alvo são crianças de escolas do ensino básico do Porto que revelem sinais de insucesso ou abandono escolar.

O projecto será implementado por alunos do ensino superior das entidades anteriormente referidas, que se encontrem em frequência em projectos de voluntariado, alunos finalistas que possam realizar estágios curriculares e recém-licenciados que possam realizar estágios profissionais no âmbito destes projectos.

Um outro projecto que visa integrar e combater também o abandono escolar prende-se com o projecto *Desenvolvimento de Capacidades e Talentos*. Estamos a trabalhar uma solução e esta é a única solução que está dependente do empenho dos parceiros privados do Porto de Futuro, porque entendemos que é uma solução que não se resolve meramente no percurso ou no ciclo de vida educativo dos cidadãos. É uma solução que tem que estar criada e sustentada em todo o ciclo de vida do cidadão, desde a sua componente formativa no âmbito da educação até à sua integração e permanência no mercado de trabalho.

Este projecto destina-se essencialmente a crianças que revelem fenómenos de sobredotação. Estamos a trabalhar com a Associação Portuguesa para a Criança Sobredotada uma solução que será direccionada exclusivamente a alunos que revelam este tipo de fenómeno. Temos dados que revelam que cerca de 3% da população escolar do ensino básico da cidade do Porto apresenta este tipo de fenómenos. Este desafio foi já lançado aos parceiros privados do Porto de Futuro. Esperamos até ao final do mês de Novembro ter definido quais são os agrupamentos em que vamos actuar a este nível.

Um outro projecto que se divide em dois sub-projectos – *Mérito Escolar* – que se divide num sub-projecto *Rumo à Excelência* e no sub-projecto *Conseguí*.

O que é que é o *Rumo à Excelência*? O Rumo à Excelência pretende estabelecer um quadro de mérito para os melhores alunos dos diferentes ciclos de ensino das escolas da cidade do Porto que se distingam nas áreas de Português, Matemática e Ciências. Os melhores alunos de cada um destes ciclos serão premiados com um *pack* tecnológico, computador portátil, impressora, ligação à Internet de banda larga, e com a participação numa *summer school*, tendo em vista proporcionar a estas crianças um contacto com uma cultura estrangeira, num âmbito distanciado da sua comunidade familiar, promovendo aqui fenómenos de competências de autonomia para essa criança e promovendo ou incrementando de forma gradual o domínio de uma língua estrangeira de referência. Temos estudado as soluções para trabalhar este projecto quer em summer schools no Reino Unido, quer também dos Estados Unidos, no âmbito dos alunos do ensino secundário com programas de preparação para a integração no ensino superior. Serão abrangidos por todos, neste programa, todos os alunos do ensino básico e secundário das escolas públicas da cidade do Porto, estando a ser estudada para o próximo ano lectivo uma forma de alargar o projecto também às escolas e ao ensino privado da cidade.

O projecto *Conseguí*. Porque entendemos que devemos premiar e distinguir os melhores, mas devemos criar as condições para que todos

possam atingir este patamar. Nesse sentido propusemo-nos desenvolver este projecto destinado a alunos que frequentam percursos curriculares alternativos, e consiste na promoção de projectos temáticos integrados com os currículos formais que permitam aos alunos, acima de tudo, criar novas competências, uma vez que o trabalho é desenvolvido numa óptica de grupo, minimizar o insucesso escolar, descobrir vocações e partilhar experiências.

Dar-vos nota de que o projecto funcionou já no anterior ano lectivo em fase-piloto nos agrupamentos do Cerco e de Ramalho Ortigão, em que foram trabalhados alunos que frequentavam estes percursos curriculares alternativos. Esses alunos trabalharam uma temática que foi o património cultural da cidade do Porto. Tivemos resultados diversos, desde o futebol à gastronomia, ao património edificado da cidade. Todos eles foram premiados, mas doze tiveram a oportunidade de passar uma semana em Baiona (Baiona parece estar aqui ao lado), foi uma experiência inesquecível para muitos destes alunos que pela primeira vez saíram da cidade e, portanto, muitos deles saíram pela primeira vez do país.

Segundo os professores, o resultado que este projecto teve na auto-estima destes alunos foi notável e, portanto, propusemo-nos este ano a alargar este projecto a mais um agrupamento, e é isso que estamos a trabalhar neste momento.

Estamos disponíveis para partilhar convosco a nossa experiência, dizer-vos que é uma experiência recente e portanto ainda muito temos a aprender com este projecto, com os parceiros escolares e com os parceiros privados do projecto.

José Afonso Baptista*

Agradeço ao Eng.º Vladimiro Feliz a sua intervenção, salientando o seu alto interesse e o seu carácter inovador, mostrando como as autarquias podem ter um papel determinante nos novos rumos da educação. Na verdade, só podemos avaliar depois de termos resultados, mas os caminhos já percorridos pela Câmara Municipal do Porto, as parcerias conseguidas entre escolas e empresas, o envolvimento de novos actores na educação são, só por si, garantia de um novo impulso que só pode ter reflexos positivos na melhoria da qualidade da educação.

Apresento de imediato o senhor Dr. Fernando Paulo Sousa, Vereador do Pelouro de Cultura, Acção Social e Desporto da Câmara Municipal de Gondomar. Também ele está no centro de um projecto inovador, até porque mexe com um dos problemas mais preocupantes da educação no nosso país, o abandono e insucesso escolar. Vamos ver como se perspectiva este problema no concelho de Gondomar.

* Universidade Católica Portuguesa

Os mediadores educativos em Gondomar

Fernando Paulo R. Sousa*

Começo por saudar o Senhor Professor Júlio Pedrosa, Presidente do Conselho Nacional de Educação e o Senhor Secretário-Geral, Manuel Miguéns, agradecendo o amável convite que me foi dirigido. Uma saudação, também, especial ao senhor Professor Carvalho Guerra e ao Professor Joaquim Azevedo, actual responsável pelo Pólo Regional da Universidade Católica. Saúdo, também, o Presidente e os colegas da mesa e todas as pessoas presentes – agrupamentos de escolas, sindicatos, alunos, professores, técnicos de educação, autarcas, entre muitas pessoas amigas que já reconheci na plateia e que me apetecia saudar cada uma em particular, como, por exemplo, a D.^a Rosa do Aleixo, uma lutadora pelas causas sociais na cidade do Porto, que conheci há uns anos e que me habituei a encontrar em muitas situações e espaços, especialmente no movimento associativo e na defesas de causas sociais e educativas. Dirijo uma última palavra a todos os que, no dia a dia, lutam e trabalham para ajudar a construir uma sociedade mais inclusiva e assente em alicerces mais humanistas.

Agradeço o convite e a oportunidade que nos foi dada e cumprimento o Conselho Nacional de Educação não só pela comemoração dos seus vinte anos, mas também pela intervenção qualitativa, responsável e oportuna como tem auxiliado os vários governos e o nosso país na prossecução de uma política educativa que contribua verdadeiramente para o progresso e o desenvolvimento social e que qualifique um dos recursos mais ricos que o país tem – as pessoas.

Irei, agora, entrar no tema que me foi proposto e que considero da maior oportunidade, assim como o convite dirigido aos municípios para apresentarem as experiências que têm levado a cabo, no painel *Contextos locais e novos compromissos pela Educação*. As questões de educação,

* Vereador da Câmara Municipal de Gondomar

cada vez mais têm de ser enquadradas numa perspectiva transversal. Elas dizem respeito a todos nós – responsáveis dos governos nacionais e locais, mas também aos professores e a todos os demais agentes do sistema educativo, incluindo os pais e cada um de nós enquanto cidadãos.

E a inclusão nestes *contextos locais e novos compromissos pela Educação* de um painel sobre os mediadores educativos em Gondomar, é de uma grande oportunidade. Se por um lado eu gostava de estar aqui a partilhar com todos aquilo que será, ou que devia ser, a transferência de competências da Administração Central para as autarquias locais em matéria de educação, porque é um tema actual e que me interessa, não só como autarca há catorze anos mas também como académico, por outro esta discussão poderá, também, contribuir para que estes compromissos pela educação passem a ser mais locais.

Na abordagem do projecto da Mediação Educativa procurarei deixar algumas reflexões sobre a Educação. É que chegou a hora de passarmos para a acção. Não podemos ficar apenas nos diagnósticos e na identificação de quem compete resolver os problemas. Certamente que cada um de nós também tem um papel a cumprir, uma missão a desempenhar para o Homem na sociedade.

O Projecto de Mediação Educativa tem como entidade promotora a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Gondomar e entidades parceiras a Câmara Municipal de Gondomar e os Agrupamentos de Escola do Município. O símbolo do nosso projecto são três anéis que unem a Comissão, as Escolas e o Mediador Educativo que ocupa o centro. União e compromisso para se estenderem redes no tecido social de combate ao abandono e absentismo escolar e para a construção de uma escola mais inclusiva.

Os fenómenos da negligência, abandono e absentismo escolar, maus tratos, abusos e violência doméstica, têm vindo a assumir proporções preocupantes, quer pelo elevado número de situações sinalizadas, quer pelo drama social que cria às famílias e muito particularmente às crianças e jovens que são vítimas destes problemas. No âmbito do trabalho social que

a Câmara Municipal de Gondomar tem vindo a concretizar, dando especial apoio às famílias, às crianças e aos grupos mais vulneráveis, pretendemos que o silêncio destas situações dê lugar à denúncia e ao apoio. Trabalhar a área da prevenção é outras das prioridades que temos privilegiado e intensificado, com intervenções na promoção de iniciativas e projectos nas áreas da educação, habitação, acção social, cultura, desporto, juventude e saúde.

Os grandes princípios que orientam a acção do sistema educativo expressam o direito constitucional à Educação e o dever do Estado, e das Autarquias, promoverem a sua democratização, garantindo não só o direito à igualdade de oportunidades, no acesso e sucesso escolares, mas, também, as demais condições para que a Educação contribua para o desenvolvimento integral, para o progresso social e para a participação democrática na vida colectiva.

Ao longo dos últimos anos, a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Gondomar tem vindo a desenvolver um vasto programa de acção que incide em várias áreas de intervenção directa sobre as situações, sensibilização e promoção dos direitos das crianças e dos jovens.

Alguns dos projectos, como o das “Visitadoras Domiciliárias”, “Mediação de Conflitos” e “Mediação Educativa” evidenciam a relevância particular das nossas iniciativas em prol da inclusão. O projecto “Mediação Educativa” visa combater o abandono e absentismo escolar. Em articulação com a comunidade educativa e os demais agentes locais, especialmente a rede social, pretende-se, por um lado, gerar sinergias locais capazes de responder atempada e eficazmente a um problema de difícil resolução e, sobretudo, actuar na prevenção do fenómeno.

Apesar de Gondomar ser um dos Municípios que apresentam indicadores mais favoráveis no contexto da Grande Área Metropolitana do Porto e do país ao nível de abandono, da saída antecipada e da saída precoce da escola, este projecto surge como um convite e um desafio e também pretexto para que todos contribuam para que as crianças e os jovens de Gondomar possam crescer e viver com alegria, felicidade e bem-

estar e por acreditarmos que é nosso dever lançar um projecto de tolerância zero ao abandono e absentismo escolar.

A Lei nº 147/99, de 1 de Setembro, na sua redacção actual, cria e regula o funcionamento das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens. Estas Comissões são instituições oficiais, não judiciárias, com autonomia funcional, que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou por termo a situações susceptíveis de afectar a sua segurança, saúde, formação, educação e desenvolvimento integral. Muitas das Comissões de Protecção não trabalham o abandono e/ou absentismo escolar, quer pelo elevado número, quer pela falta de recursos técnicos ou por priorizarem as situações sinalizadas ao nível do risco e do perigo.

A Comissão de Gondomar sempre considerou o abandono e o absentismo escolar como problemas que lhe dizem respeito e que se enquadram na sua missão. Aliás, analisando o quadro de evolução dos casos de abandono e de absentismo escolar que chegaram à Comissão, de 2004 a 2006, pode verificar-se que as sinalizações têm vindo a aumentar, não significando que as situações tenham aumentado, mas porque a visibilidade do trabalho da Comissão, a capacidade de resposta e a sensibilização da comunidade para o fenómeno levaram a uma maior visibilidade destes problemas e para o conseqüente encaminhamento.

Assim, a Comissão decidiu organizar-se em dois grupos de trabalho distintos: um grupo que acompanha os processos relativos às situações de absentismo e abandono escolar e outro que acompanha os processos sinalizados por outras situações de risco (maus tratos, negligência...), pretendendo-se, desta forma, uma actuação mais eficaz e atempada.

O grupo de abandono e de absentismo escolar foi aprofundando e alargando o seu trabalho, para além da intervenção sob as situações sinalizadas. Realizou acções de formação para professores, pais e outros agentes da comunidade educativa; efectuou visitas e teve reuniões de trabalho em cada um dos agrupamentos de escolas, com o objectivo de diagnosticar as questões relacionadas com o abandono e o absentismo escolar em cada um dos territórios educativos, procurando conhecer as

causas e obter a opinião de medidas a tomar, não só dos Presidentes dos Conselhos Executivos mas, também, dos Directores de Turma, Professores e outros profissionais. Entretanto foi lançado o Projecto de “Mediação de Conflitos”, para intervir junto da comunidade educativa na gestão de conflitos pela mediação.

Verificámos que a legislação é um pouco difusa e que, muitas das vezes, as escolas e os agrupamentos sinalizavam e encaminhavam para várias instituições, pois a grande preocupação era cumprir a Lei, quando é necessário trabalhar na base do problema, para além de reforçar a prevenção, e isso só é possível se criarmos as condições necessárias para que actue quem identifica e sinaliza e fazer com que a escola inclua nos seus planos de acção a prioridade ao combate ao abandono e absentismo escolar.

Deste trabalho surgiu o enunciado do problema: *que medidas podemos adoptar no âmbito da colaboração entre a CPCJ e os estabelecimentos de ensino do Município de Gondomar, para desenvolver uma intervenção estratégica partilhada com vista a reduzir ou a pôr cobro às situações de absentismo e abandono escolar?*

Assim foi criado o projecto de mediadores educativos que visa implementar nos Agrupamentos de Escola e Escolas Secundárias do Município de Gondomar a figura de Mediador Educativo, que será o intermediário entre a Escola/Agrupamento e a CPCJG os quais, numa acção conjunta e concertada, irão intervir no combate ao absentismo e abandono escolar.

Partimos do seguinte enquadramento legal:

–Lei n.º 147/199, de 1 Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto - Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo;

–Decreto-Lei n.º 115-A/1998, de 4 de Maio, alterado pela Lei n.º 24/99, de 22 de Abril - Regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básicos e secundário, bem como dos respectivos agrupamentos;

– Despacho Normativo n.º 50 /2005, de 9 de Novembro;

– Protocolo de cooperação entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e o Ministério da Educação, de 3 de Junho de 2006;

– Protocolo de Cooperação entre a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, Agrupamentos de Escolas e Escolas Secundárias, de 9 de Março de 2006.

Pretende-se que o Agrupamento conheça não só a legislação que enquadra estas questões mas que dê uma maior atenção ao seu combate. E o mediador educativo é, precisamente, um professor que assume um papel intermediário entre a Escola/Agrupamento e a CPCJG. É um interlocutor privilegiado entre os vários intervenientes do processo educativo e formativo do aluno: professores, directores de turma, tutores, encarregados de educação, instituições, Comissão Social de Freguesia e a CPCJG. Exerce funções de regulador dos alunos acompanhados pela Comissão.

Este projecto encontra-se em curso desde o ano lectivo de 2007/07, tendo, já, todos os agrupamentos de escola e escolas secundárias, no total de 15 instituições, abrangendo 120 escolas e 23.000 alunos, um professor a exercer as funções de mediador educativo.

De referir que o mediador educativo é, preferencialmente, um professor mas há situações em que é um Psicólogo ou Assistente Social. Quisemos, sempre, respeitar o projecto de cada agrupamento ou escola, pois o mediador não pode constituir um constrangimento que se vai sobrepôr ou esbarrar com outros projectos ou retirar-lhes recursos, mas uma oportunidade, um pretexto para enquadrar, para reforçar o combate ao abandono e absentismo escolar, podendo/devendo o projecto ser enquadrado em função da dinâmica de cada território ou, nalgumas situações, ser o ponto de partida.

O mediador educativa é um professor/técnico que actua a dois níveis: ao nível da escola e na ligação com a CPCJG e outros parceiros sociais, com o objectivo de contribuir para uma articulação efectiva entre as Escolas/ Agrupamentos e a CPCJG; promover o combate ao absentismo/abandono

escolar no Município; contribuir para a diminuição das sinalizações à CPCJG e dinamizar formação com vista ao envolvimento dos vários intervenientes na promoção de uma intervenção sustentada.

O mediador educativo deve ser um professor/técnico que revela motivação e disponibilidade para o cargo; contribuir, activa e construtivamente, para a resolução das problemáticas de absentismo e abandono escolar; toma iniciativas adequadas às situações, apresentando propostas; alia, no desempenho das suas tarefas, a criatividade à complexidade, originalidade e coerência; produz e/ou propõe medidas inovadoras; procura harmonizar os interesses da escola e do seu projecto educativo com os interesses dos alunos/famílias; age de forma autónoma, responsável e solidária; coopera com todos os intervenientes no processo educativo dos alunos; articula a sua acção com os seus pares e outros parceiros; acompanha o percurso educativo dos alunos seguidos pela CPCJ.

As intervenções imediatas, no âmbito deste projecto, são as seguintes:

- . Promover a participação dos mediadores educativos em reuniões com a Comissão, integrando-os em projectos no domínio da prevenção primária dos factores de risco e no apoio às crianças e jovens em perigo;

- . Contribuir para uma organização adequada dos processos a enviar à CPCJG, nos quais constem todas as medidas tomadas por iniciativa da escola/agrupamento;

- . Colaborar com os estabelecimentos de ensino no desenvolvimento de programas de acção tutorial, como um meio de prevenção primária de absentismo, insucesso e abandono escolar;

- . Contribuir para o estabelecimento de relações estritas com os diferentes parceiros sociais com vista à redução do absentismo e abandono escolar;

. Gerar dinâmicas e formação conducentes à criação de iniciativas que envolvam o aluno, a família, a escola, alargando a sua acção a toda a comunidade educativa, de forma a desencadear processos de prevenção primária de absentismo e abandono escolar.

Os intervenientes necessários para a execução destas acções são os Técnicos da Comissão, Professores representantes do Ministério da Educação na Comissão, Professor-tutor designado pelo Ministério da Educação, Conselhos Executivos, Mediadores Educativos, Directores de Turma, Alunos, Associações de Pais, Famílias, Parceiros sociais (Câmara Municipal de Gondomar, Direcção Regional de Educação do Norte, Juntas de Freguesia, Centros de Saúde, Segurança Social, Forças de Segurança, Rede Social, instituições locais, entre outras).

Quem avalia o projecto? A CPCJ, as escolas e os agrupamentos, os mediadores educativos e a rede social. Está prevista uma avaliação intermédia e uma final.

De entre as muitas parcerias, destacamos a da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Entendemos que deve haver acompanhamento pela Universidade, quer como entidade externa, quer pelo *know how* que possui e que poderá trazer uma mais valia e rigor à avaliação.

Termino com uma frase de Mahatma Gandhi “temos que nos tornar na mudança que queremos ver”. A tolerância zero ao abandono e absentismo escolar depende de cada um de nós. Da nossa capacidade de sonhar e de lutar para concretizar sonhos.

José Afonso Baptista*

Muito obrigado, Dr. Fernando Paulo, pela sua interessante intervenção. A educação vive muito de ideias, de conceitos, de teorias. Mas a Câmara Municipal de Gondomar vai mais longe e apresentou-nos factos, iniciativas concretas, novos actores, particularmente vocacionados para analisar e superar problemas geradores de insucesso. Esses problemas reflectem-se na escola e no seu desempenho, mas nem sempre têm aí a sua origem. Radica aqui a importância da acção desenvolvida pela CM de Gondomar: identificar e resolver as dificuldades onde elas começam.

E vamos passar para a terceira intervenção a cargo do Professor Carlos Rodrigues, que fez um percurso académico muito ligado ao planeamento e desenvolvimento regional. É licenciado em Planeamento Regional pela Universidade de Aveiro e mestre em Inovação e Políticas de Desenvolvimento pela mesma Universidade, tendo desenvolvido o seu trabalho de doutoramento sobre as universidades e o desenvolvimento. É, portanto, uma pessoa particularmente apetrechada para nos poder dar uma luz nova sobre estes problemas do desenvolvimento regional e local, nomeadamente no que diz respeito à educação.

* Universidade Católica Portuguesa

Instituições Educativas e Desenvolvimento Regional

Carlos Rodrigues*

Boa tarde a todos. Começaria, na pessoa do Professor Júlio Pedrosa, por agradecer o convite e a oportunidade de apresentar aqui uma síntese do trabalho de investigação que, quer em termos individuais quer em termos colectivos de participação em projectos europeus nesta área, temos vindo a fazer na Universidade de Aveiro.

Começaria por referir que a ideia de universidade, a ideia que temos hoje da universidade tem um paralelismo muito forte com a ideia que temos hoje daquilo que é a sociedade. E, se olharmos para a evolução da ideia de universidade, temos um paralelismo também relativamente àquilo que era a ideia da sociedade ao longo do tempo. A universidade mudou muito ao longo do tempo apesar de manter ainda características que já vêm de tempos imemoriais.

Qual é a ideia de sociedade que nós temos hoje? É muito a ideia que vivemos numa chamada sociedade do conhecimento e eu trouxe este epíteto a propósito, porque poderíamos encontrar designações alternativas, como sejam a sociedade da informação, a sociedade de rede, etc.. Mas, quando classificamos a sociedade contemporânea como sendo a sociedade do conhecimento, estamos claramente a colocar as instituições de ensino superior no centro, no coração das dinâmicas que fazem mover a sociedade e fazem com que a sociedade se desenvolva.

Há aqui quase um imediatismo que é, a partir do momento em que consideramos que estamos a viver numa sociedade do conhecimento, o de considerar de forma automática que as instituições do ensino superior têm um papel crucial nessa sociedade, ou seja que a interacção entre as instituições do ensino superior e a sociedade é um factor crucial do desenvolvimento nos nossos dias.

* Universidade de Aveiro

Há, no entanto, uma série de questões que se têm que colocar e que põem em causa esse imediatismo. Até que ponto é que esta ligação entre as universidades, em particular, e as instituições do ensino superior, no geral, com a sociedade se processa de uma forma imediata e até que ponto é que ela acontece de uma forma espontânea? Da investigação que temos feito em Aveiro, temos que responder negativamente às duas questões, ou seja, a interacção com a sociedade não é imediata e muito menos espontânea.

Isto tem a ver com barreiras suficientemente diagnosticadas desde culturas diferentes até noções de tempo diferentes, linguagens diferentes, portanto não vou alargar muito o discurso sobre esse diagnóstico. Vou sim dirigir a intervenção muito para aquilo que é a nossa perspectiva do papel que as universidades têm em termos do desenvolvimento regional, começando por referir mais as relações entre as instituições de ensino superior e a sociedade.

Há três questões que reflectem no fundo muito daquilo que são as perspectivas predominantes de abordagem ao papel que as instituições de ensino superior desempenham na sociedade contemporânea. Há uma perspectiva que olha muito para o papel das universidades na qualificação dos indivíduos, ou seja, estamos a falar duma relação entre o ensino e a sociedade. Há quem olhe muito para o papel que as universidades têm no desenvolvimento tecnológico das empresas, portanto muito focada na problemática da ligação entre as universidades e a indústria e, depois, há todo um trabalho de apreciação mais económica dos impactos que as instituições de ensino superior têm nos territórios, designadamente com indicadores como o impacto da universidade no consumo, o impacto demográfico das universidades, o impacto na região.

Faria, desde já, a afirmação de que se queremos entender de uma forma mais alargada o papel que as universidades têm no desenvolvimento da sociedade contemporânea, temos que ir mais além, especialmente quando falamos no campo do desenvolvimento regional.

O discurso é muito do debate que se tem vindo a fazer sobre a importância das universidades (agora estou a usar o termo universidades por uma questão de facilidade, mas estou aqui a incluir também outras instituições do ensino superior) que tem dominado o debate sobre o papel das universidades no desenvolvimento regional é muito centrado naquilo que diria ser a “miragem do *Silicon Valley*”, ou seja, tende-se a olhar para a universidade como um fornecedor de *inputs* tecnológicos que permite a instalação de um ou mais *Silicon Valleys* em qualquer contexto territorial, independentemente das suas características, do seu estágio de desenvolvimento, etc.

Esta é claramente uma perspectiva que domina o debate sobre a influência das universidades no desenvolvimento regional e estou a falar só do ponto de vista académico e da percepção que a sociedade tem do papel da universidade no desenvolvimento regional, que é o da transferência de tecnologias. E acaba por ter também uma influência relativamente grande na formulação do desenho de políticas que pretendem promover esta ligação mais próxima entre as universidades e o território onde estão localizadas.

Dito isto, temos que ter em conta nomeadamente os diferenciais de desenvolvimento, raízes históricas, trajetórias, etc., mas é um facto que utilizando o território europeu como ilustração há desigualdades regionais em termos de desenvolvimento aqui ilustradas através do PIB *per capita* que temos que ter em conta quando olhamos para o papel da universidade em termos daquilo que é o desenvolvimento regional. Estas desigualdades podem também ser ilustradas por um índice que nos acaba por fornecer medidas daquilo que é a capacidade de inovação regional. Utilizando mais uma vez o caso europeu, e como se pode ver no mapa aqui apresentado, as desigualdades regionais acabam por ser aqui também bem vincadas, o que significa que estamos a caminhar ou a sustentar, a começar a sustentar o argumento que, quando olhamos para a universidade como factor de desenvolvimento regional, temos que ter em conta esta desigualdade, não só em termos de estados de desenvolvimento, mas também em termos do que poderá ser o seu papel.

E para o fazer, temos que perceber qual é a raiz destas desigualdades regionais. Ao contrário daquilo que, pelo menos em termos daquilo que foi o espírito, durante um bom período de tempo, da política regional, o problema do desenvolvimento regional não é apenas um problema de recursos financeiros, ou seja, não basta dotar uma região de capacidade de financiamento para que essa região consiga sair de um estado de menor desenvolvimento ou de uma trajectória mais baixa em termos de desenvolvimento.

Temos que olhar para os problemas de carácter mais estrutural, quer em termos do quadro institucional quer em termos do quadro económico/ produtivo. Portanto há aqui uma série de factores que condicionam o comportamento e a *performance* das regiões em termos de desenvolvimento socio-económico, mas a mensagem essencial é que não estamos a falar apenas de um problema que se resolve apenas com recursos financeiros. É claro que não estou a dizer que os recursos financeiros não são importantes, como é lógico.

Antes de mais peço desculpa por trazer este acetato em Inglês, mas para não ficar *lost in translation* e para não perder algum poder desta versão, deixei em Inglês. E por muito estranho que pareça recorri a um autor que em 1958 escreveu coisas que mantêm um nível muito alto em termos de importância para a compreensão de processos de desenvolvimento contemporâneos. E aquilo que nos diz *Hirschman*¹ é muito simplesmente que o desenvolvimento não depende de encontrarmos uma combinação óptima daquilo que são recursos disponíveis ou de factores de produção, mas sim em chamar, em listar para fins do desenvolvimento dos recursos que por vezes estão escondidos, têm uma utilização fragmentada ou então, o que é pior, têm uma má utilização.

¹ Albert Hirschman (1915 -) Economista, sociólogo norte-americano. Citação apresentada: “Development depends not so much in finding optimal combinations for given resources or factors of production, as on calling forth and enlisting for development purposes resources and abilities that are hidden, scattered or badly utilized”.

Hirschman também nos diz que o grande problema não é a escassez de factores convencionais de desenvolvimento, mas sim uma escassez mais básica que é a deficiência que muitos territórios apresentam em termos de organização. E é nesse sentido que ele acaba por concluir que um dos factores fundamentais, um dos problemas fundamentais do desenvolvimento consiste exactamente em gerar e em dar energia àquilo que se pode designar como acção humana e dirigi-la numa determinada direcção.²

Dito isto e entrando agora mais em pormenor no campo do papel das instituições do ensino superior no desenvolvimento regional, concluímos desde já que este papel é constituído por muito mais do que o fornecimento de *inputs* de conhecimento científico para melhorar a capacidade competitiva das empresas, ou seja, não estamos só a falar de *inputs* tecnológicos para as empresas, como muitas vezes e de forma predominante esta problemática é olhada e debatida.

Os factores de desenvolvimento que as universidades podem oferecer às suas regiões ultrapassam claramente essa vertente da transferência das tecnologias. A natureza universal da universidade, a sua universalidade, só por si, sugere que as universidades reúnem um potencial muito grande para ajudar a região a posicionar-se de uma forma positiva em relação ao que eu designo por *nexus* entre o global e o local.

E quando falamos nesta ligação entre o global e o local falamos quer nas influências que o global exerce sobre o local, quer nas influências que o local pode exercer no global e, essencialmente, as respostas que o local tem que achar para responder a muitos dos desafios e pressões que vêm do nível global, nomeadamente a sua capacidade de leitura de tendências que são claramente globais. Portanto as universidades podem ter um papel decisivo nesta leitura que facilita depois a tomada de medidas e o desenho de políticas mais efectivas e eficazes.

² Citação apresentada: “... rather than scarcity of conventional factors... more basic scarcity: the basic deficiency in organization... the fundamental problem of development consists in generating and energizing human action in a certain direction”.

Um segundo aspecto que tem a ver com a perspectiva de longo prazo que as universidades tendem a manter nas suas actividades e que acabam por complementar as perspectivas, se calhar forçosamente, de mais curto prazo que o resto da sociedade tem relativamente ao processo de desenvolvimento. Isto significa que a universidade pode dotar uma região de um suporte estratégico de longo prazo, possibilitando a sustentabilidade das trajectórias de desenvolvimento.

Por outro lado a multidisciplinaridade que caracteriza as nossas universidades pode ser extremamente importante, nomeadamente num momento societal em que os processos de desenvolvimento dependem da integração de uma série de disciplinas, podemos chamar-lhes assim. E neste sentido a universidade pode ser um elemento que contribui de forma decisiva para a integração, para a conjugação das várias disciplinas e para no fundo conformar as trajectórias e as estratégias de desenvolvimento, torná-las muito mais eficazes e responsivas a desafios que são lançados muitas vezes sobre níveis sobre o qual as regiões e os locais não têm muita capacidade de influência.

Neste âmbito, há uma série de (vou-lhes chamar *inputs*, talvez abusivamente) de *inputs* que as universidades podem dar ou podem providenciar às regiões onde estão situadas, como por exemplo ajudar as regiões a moldar agendas de desenvolvimento, por forma a adaptar essas agendas aos desafios de desenvolvimento contemporâneos. Um exemplo disso é a colocação da inovação na agenda de desenvolvimento.

As universidades podem também contribuir de forma muito próxima (como se disse relativamente às agendas de desenvolvimento) para introduzir na região novas formas de desenhar e implementar políticas. Podem, e é também uma obrigação forte, qualificar as questões do desenvolvimento, ou seja, não é só mudar as agendas, mas é também qualificar, nomeadamente com conhecimento, e legitimar também opções de desenvolvimento. E podem (aqui já numa perspectiva mais interna à universidade) também fazer com que as agendas de desenvolvimento comecem a valorizar mais o conhecimento, nomeadamente o conhecimento científico.

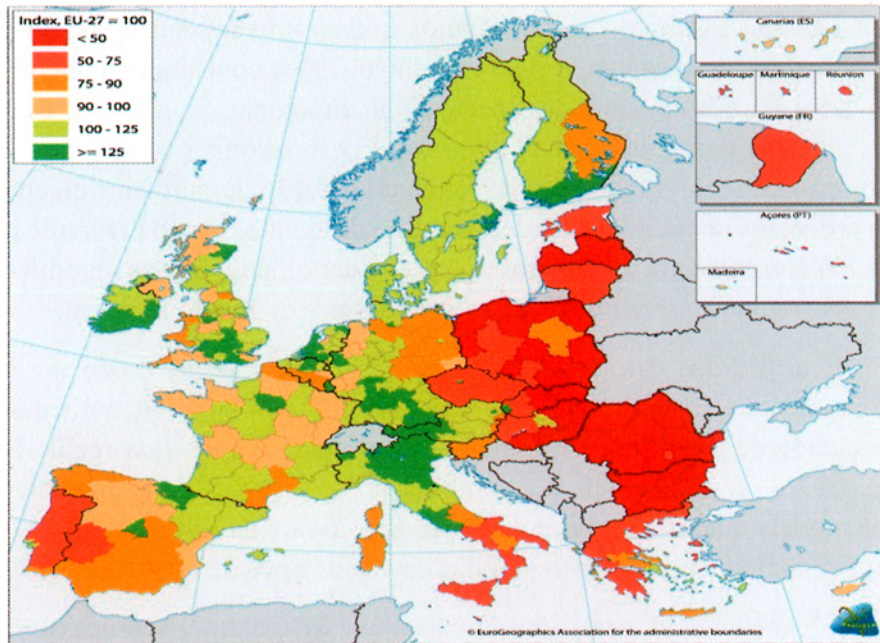
Isto são exemplos de contributos que as universidades podem dar aos processos de desenvolvimento regional. Estes contributos podem ser estudados à luz do conceito de capacidade institucional, o qual, aliás, esteve bem presente nas intervenções feitas aqui neste seminário, unânimes na atribuição de uma grande importância à construção de parcerias efectivas e de processos de participação de uma série de agentes muito diversificada. Este é o conceito que trabalhamos para estudar o papel que as instituições do ensino superior têm nos processos de desenvolvimento regional.

E utilizamos este conceito porquê? Porque ele no fundo diz-nos que aquilo que precisamos é, de uma forma muito simples, aumentar a capacidade de mobilização, aumentar a capacidade que uma região tem para gerir de forma colectiva a combinação de recursos de conhecimento e relacionais que está na base da acção colectiva. Não estou só a falar de conhecimento científico, estou a falar de vários tipos de conhecimento.

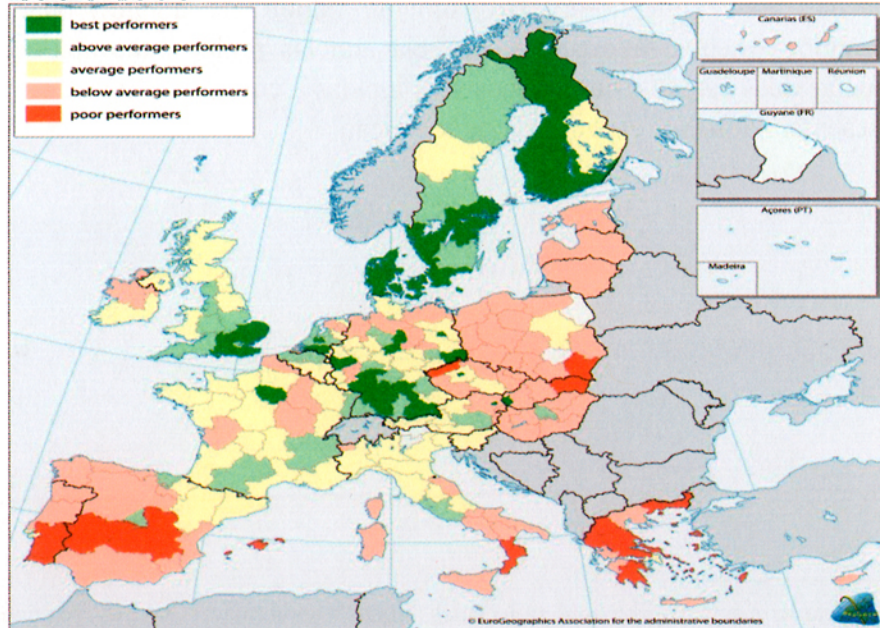
É exactamente nesta combinação que se geram os processos de aprendizagem que depois vão mobilizar as pessoas, quer em termos individuais quer em termos colectivos, para agirem sobre determinadas situações. Este conceito é extremamente importante quando falamos das regiões menos favorecidas, ou seja aquelas regiões que aparecem naquelas duas cartas³ que eu mostrei pintadas a cores avermelhadas que representam a menor capacidade de inovação.

³ Indicação quanto a dois mapas projectados durante a apresentação (vd. pág. seguinte).

GDP per head (PPS), 2004



Regional innovation performance index, 2002-2003



O conceito ajuda-nos no fundo a enquadrar aquilo que pode ser o papel das universidades no desenvolvimento regional de uma forma mais ampla, ou seja, indo para além das actividades de transferência de tecnologia. Não pretendo dizer que a perspectiva da tecnologia não é importante, é claro que é. No entanto, é uma perspectiva demasiado redutora daquilo que pode ser o papel da universidade.

As regiões de Tampere, Macedoónia Central e Gales são três exemplos que fornecem evidência empírica sobre aquilo que eu tenho vindo a afirmar. E a presença de um exemplo finlandês aqui não é inocente, porque a Finlândia é um país que está entre aqueles que são mais inovadores. *Tampere* é a terceira cidade finlandesa, e é uma das mais inovadoras da Finlândia. Dizia eu que não é inocente, porquê? Porque mesmo em regiões ditas mais favorecidas, o papel das instituições de ensino superior na construção da tal capacidade institucional regional acabou por se revelar essencial. E esse papel foi muito para além da transferência de tecnologia, de conhecimento tecnológico puro e duro.

Isto porquê? Porque *Tampere*, nomeadamente depois do colapso da ex-União Soviética em 1989/1990, atravessou, como a Finlândia no seu todo, uma crise muito profunda e as duas universidades existentes em *Tampere* foram essenciais para aquilo que eles designam como o “processo de reinvenção de *Tampere*”. E foram-no não só porque forneceram os tais *inputs* tecnológicos para que algumas das empresas conseguissem ser líderes no mercado global, mas também porque utilizaram as suas redes, quer internas quer externas, para trazer conhecimento e para trazer recursos varios para a região.

A massa crítica que as universidades conferiram a um conjunto de agentes que se uniu no sentido de reinventar *Tampere* foi extremamente importante, ou seja, no fundo este é um bom exemplo de como olhar para as universidades no sentido de perceber como é que elas podem aumentar a capacidade institucional naquele sentido que eu referi.

É claro que o esforço que uma universidade ou universidades têm de fazer em regiões que não têm ou que não tiveram a trajectória

de desenvolvimento de *Tampere*, será maior. Trouxe aqui outros dois exemplos que não vou aprofundar, mas que se calhar na altura do debate e se tiverem curiosidade posso desenvolver: o caso do País de Gales e o caso da Macedónia Central na Grécia, onde, nomeadamente na região grega, a universidade teve um papel fundamental para mudar as agulhas daquilo que era o projecto para o desenvolvimento regional.

Aproximando-nos dos nossos territórios, trouxe mais um exemplo de um programa que está a decorrer neste momento. A Universidade de Aveiro está a colaborar com as autarquias da Associação de Municípios da Ria, no sentido de desenhar uma estratégia de desenvolvimento territorial no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007/2013.

Este Quadro de Referência, como todos sabem, tem características que o diferenciam de forma muito acentuada daquilo que eram os Quadros Comunitários de Apoio anteriores, nomeadamente o QCA III, o que significa que em termos gerais as nossas autarquias não estão equipadas, como é natural, para fazer face àquilo que são os desafios inerentes a estas grandes mudanças que aconteceram entre o QCA III e o QREN 2007/2013. Isto tem a ver com as áreas específicas de política pública ligadas à Agenda de Lisboa, tem a ver com a necessidade de mostrar que os projectos têm impactos transversais, tem a ver com a forma de gestão dos próprios projectos e das próprias iniciativas que poderão ser apoiadas que têm uma gestão autónoma, mas que é uma autonomia que é mitigada e que é muito bem referenciada exactamente pelos objectivos da Estratégia de Lisboa.

Portanto, há uma série de desafios que se levantam às autarquias em termos daquilo que são as suas expectativas relativamente ao Quadro de Referência Estratégica Nacional. Neste momento, a Universidade está a utilizar o seu conhecimento, as suas redes quer internas quer externas no sentido de ajudar as autarquias a enfrentar esses desafios.

Deixava para debate esta questão que olha para o problema dos desafios que se levantam às universidades, tendo em conta esta perspectiva sobre o seu papel no desenvolvimento regional. E anteciparia, tendo

em conta o tema central deste seminário e sabendo que não falei na autonomia das universidades ao longo da apresentação, a importância dessa autonomia para perceber melhor esses desafios.

Debate

José Afonso Baptista – Vou retomar dois ou três tópicos que me pareceram fundamentais e questionar um pouco as vossas intervenções no sentido de as clarificar.

O Eng.º Vladimiro Feliz definiu os objectivos fundamentais e descreveu as características do projecto que está em desenvolvimento na Câmara Municipal do Porto. Fundamentalmente, trata-se de aproximar a sociedade civil da gestão das escolas, de estimular o contributo do sector empresarial, de encontrar as respostas às necessidades do mercado, de introduzir nas escolas maior empreendedorismo, de redefinir poderes e competências nas escolas. Por outro lado, há também a preocupação de procurar e desenvolver talentos que a pouco e pouco vão crescendo nas nossas escolas.

Queria antes de mais felicitar a Câmara Municipal do Porto por este programa tão diverso, tão vasto, com um nível de iniciativa e de inovação tão necessário no nosso panorama educativo. Em todo o caso gostaria de deixar aqui um desafio, uma vez que os professores têm sempre alguma desconfiança em relação às Câmaras e um pouco o receio de substituir a tutela forte e asfixiante do Ministério da Educação pela incógnita tutela das Câmaras Municipais.

A questão que lhe queria colocar é a seguinte: *em que medida é que esta transferência pode deixar à margem o problema da autonomia das escolas? As escolas, que não são autónomas com o Ministério da Educação, poderão sê-lo sob a tutela das autarquias? Como é que na perspectiva da Câmara do Porto se equaciona este problema? Existe uma estratégia da parte da autarquia, no sentido de uma gestão mais participada das escolas e, nomeadamente, sobre a possibilidade de vir a assumir toda a gestão e administração das escolas?*

O senhor Vereador de Gondomar trouxe aqui algumas questões do maior interesse, nomeadamente a preocupação com o abandono e o insucesso escolar e o modo meticoloso como estão a analisar o problema. Os autarcas privilegiam muito um discurso de tipo político, mas não foi aquilo que aqui tivemos hoje. Foi surpreendente a capacidade de análise numa perspectiva académica, escolar, diria mesmo científica, do insucesso, o que traduz uma preocupação muito grande com aquilo que se passa nas escolas e com o encontrar as soluções para os problemas reais.

Em que medida é que um certo protagonismo da autarquia, tal como já referi anteriormente, é visto na relação com as escolas e em que medida é que esta articulação com as escolas está a ser bem sucedida?

É o aluno que abandona a escola ou é a escola que abandona o aluno? Muitas vezes o abandono é o resultado de uma total carência de meios, de acompanhamento e de expectativas no seio da família. A escola poderia em parte compensar este défice, mas também ela carece de recursos humanos e materiais para uma estratégia de sucesso.

Que papel e que responsabilidades é que a autarquia pode assumir neste processo?

Relativamente ao Doutor Carlos Rodrigues, permito-me fazer um reparo. Acho que fez uma intervenção brilhante no que diz respeito à análise da relação da universidade com a sociedade civil, com o desenvolvimento regional, mas não terá focalizado tanto o problema da relação da universidade com o sistema educativo que lhe está abaixo.

Em que medida é que a universidade pode dar um contributo decisivo para a melhoria da qualidade na Educação e nas escolas dos ensinos básico e secundário?

O nosso sistema educativo encara o ensino superior e o ensino não superior como dois sistemas paralelos que praticamente nada têm a ver um com o outro. Poderia o ensino superior constituir-se como uma tutela alternativa, a nível local ou regional, do ensino básico e secundário?

São estas as questões que deixo, para depois podermos dar a palavra à assembleia.

Vladimiro Feliz – Relativamente à autonomia das escolas. Obviamente quando realizamos este programa, nomeadamente na componente de consultoria de gestão, a ideia não foi colocar mais pressão nos professores, mas sim libertá-los, dar-lhes novas ferramentas que lhes permitissem na actualidade e no futuro ter novas competências para serem colocadas em prol do projecto educativo. Melhor nuns casos, pior noutros – umas parcerias correm melhor, outras piores –, dependendo também do empenho que algumas empresas puseram no projecto. Mas vejo casos de bons exemplos do projecto que serão o melhor testemunho do que temos feito nas escolas. A ideia foi sempre preparar as escolas para o futuro numa lógica de lhes dar maior autonomia, aliás um dos desafios da Carta Educativa do Porto ao Ministério da Educação é de potenciar a autonomia das escolas.

Fernando Paulo – Várias questões. A primeira relativamente ao abandono e absentismo escolar. Temos de enquadrar, por um lado, na perspectiva histórica, a massificação do ensino que traz à escola, todos os dias, públicos heterogéneos. E se tivéssemos referenciado João Barroso, teríamos que lembrar que diz que um dos grandes problemas da escola relativamente a esta questão está relacionado com a perda do sentimento de pertença dos seus membros e, como tal, de conhecimento, ou seja, existem objectivos e interesses comuns por parte dos participantes. Portanto, na perspectiva deste autor, esta situação deve-se ao desfasamento entre a diversidade social e cultural na procura e o carácter uniforme e homogéneo da oferta. Isto dava uma outra conferência de um dia ou dois ou três ou quatro, mas esta é uma questão central e muito oportuna. É oportuna porquê? Porque é mais fácil massificarmos a oferta (opinião de alguém que também tem experiência e que está ligado à educação).

Mas não quer dizer que os dispositivos que temos ao nosso dispor nos obriguem a isso. Há, hoje, medidas que estão a ser implementadas nas escolas. Por exemplo os nossos mediadores educativos estão junto das escolas a ajudar a implementar (os mediadores e julgo que até os professores-tutores) os planos territoriais que é uma medida que já tem alguns anos. Os currículos alternativos também já eram dispositivos que as escolas tinham, entre outros.

Só estou a dar alguns exemplos para dizer que muitas vezes massificamos quando temos à disposição outros meios. Ou seja, a escola é composta por vários recursos e é composta também por gestores. Podíamos aqui introduzir, dentro de uma panóplia de questões que fez o favor de me colocar, também: *a quem compete gerir ou qual o perfil dos nossos gestores das escolas?*

Temos que passar de projectos isolados (projecto educativo, projecto social, projecto desportivo, entre muitos outros) para projectos de comunidade, definidos em função de diagnósticos participados e em função de consensos obtidos relativamente ao modelo de desenvolvimento que queremos para o nosso território e em que cada instituição será chamada a intervir, não de uma forma isolada, mas integrada.

Carlos Rodrigues – Identificou uma lacuna na apresentação que resulta da lacuna que há em termos da investigação que fazemos. No entanto, da nossa experiência de interacção, por exemplo, com uma série de câmaras municipais da região, muito daquilo que disse sobre por exemplo desenhar agendas novas, no caso de políticas municipais de educação, a Universidade tem tido um papel muito relevante e está a ter um papel muito relevante. Neste momento, há uma série de iniciativas que estão a ser desenvolvidas com várias câmaras municipais da região de Aveiro.

Inclusive, por exemplo e falando num caso muito prático, estamos a desenhar uma estratégia de inovação para o Concelho de Ovar onde a política educativa num sentido mais abrangente entra como sendo um dos

pilares fundamentais para aumentar a capacidade inovativa e não estou a falar só de empresas, estou a falar do município em si.

Portanto, a política de educação está no centro das preocupações da estratégia de inovação. No entanto, reconheço a existência de uma lacuna na minha apresentação, uma lacuna que se pode estender ao trabalho de investigação que a suporta.

Maria Rosa Teixeira – Queria saudar a mesa. Estive a ouvir com muita atenção o Painel que me chamou a atenção por duas razões a nível de autarquias, ou seja, a nível da Câmara Municipal do Porto e da Câmara Municipal de Gondomar. A Câmara Municipal de Gondomar tem parcerias com toda a gente, o que não existe na do Porto.

Na Câmara do Porto existe o Bairro do Aleixo e no Bairro do Aleixo existe um bairro social com uma escola, com meninos do jardim infantil, onde o Snr. Vereador não foi. No agrupamento também nunca esteve presente, principalmente quando, nos últimos anos, foi convidado a ver os problemas dos miúdos que estão no ATL de uma Associação com estatuto de IPSS – temos meninos dos 3 aos 12 anos e muito insucesso escolar.

Dou os parabéns ao Dr. Fernando Paulo pela organização e pelo bom trabalho (e tem trabalho que não é de agora).

Queria também dar uma achega em relação ao senhor Doutor Carlos Rodrigues. Nós não somos todos iguais. Há uns que vêm de baixo e não têm ninguém, há outros que têm alguém e têm dinheiro e têm poder. Aqueles que vêm de baixo (que é o meu caso e o de muitas crianças do bairro) não têm alicerces nenhuns, vivem na pobreza. Não sei se o Sr. sabe, mas o Porto está classificado como no limiar dos mais pobres. E por culpa de quem? Não é por minha culpa...

Se formos ver as escolas, é uma vergonha que a Câmara Municipal do Porto tenha tanto dinheiro para fazer obras na Avenida dos Aliados e deixe as escolas a cair. Isto está mal feito.

Também, quanto a criar um prémio de classe, a criar uma medalha: eu sei que é um símbolo, mas acho que esse símbolo devia ser repartido por quem menos tem.

Carlinda Leite – Como professora na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, sou formadora de mediadores socioeducativos e de formação, pois este é o perfil de profissionais que estamos a assegurar, tanto ao nível da licenciatura como ao nível de alguns mestrados. E é precisamente no quadro desta situação que quero colocar ao Dr. Fernando Paulo uma questão. Antes, no entanto, quero reconhecer que o Dr. Fernando Paulo (a quem já ouvi há alguns anos e de quem conheço algumas iniciativas) tem tido uma atitude de antecipação face ao que cada vez mais têm sido apontados como os novos compromissos pela Educação. De facto, no passado dia 5 de Outubro ouvimos no discurso do Sr. Presidente da República a referência à importância de existirem actividades ou agentes de mediação social na formação/educação. Reconhecemos (e considero esta questão de certo modo consensual) que o sucesso de todos, e não apenas de alguns, passa pela existência de apoios, a prestar no interior das escolas, por outros profissionais, ou seja, por elementos que não têm a tarefa dos professores. A estes profissionais cabe fazer a mediação entre a escola, as famílias, as comunidades e as instituições aí existentes e apoiar os professores e a comunidade escolar em tarefas que, em muitos casos, estão a ser exigidas aos professores, desviando-os do que deve ser o foco da sua profissão, isto é, assegurar a qualidade científica, pedagógica e curricular do ensino e da aprendizagem.

Tenho que reconhecer que o Dr. Fernando Paulo tem há muito tempo desenvolvido este princípio de trabalhar com as instituições, de trabalhar com as pessoas e não contra as pessoas e pelas pessoas. Apesar disso, quero dizer que, quando fez a intervenção que acabámos de ouvir, me mexi um bocado na minha cadeira, e porquê? Porque quando fala dos professores como mediadores, tem de reconhecer que esses professores, embora o sejam e estejam colocados na escola para desempenharem esse

papel, no momento em que estão a desempenhar o cargo de mediadores não podem ser vistos como professores. Todos nós dizemos, ou cada vez mais o ouvimos, que não é possível que um professor seja apenas professor de Matemática, professor de Inglês, etc., etc., pois, para além da docência específica da disciplina para que teve formação, tem de exercer outras funções inerentes a qualquer educador.

De qualquer forma, quando falo num mediador educativo, falo nele sobretudo em outras funções que não as de professor e, nesse sentido, como formadora de mediadores, queria que ampliasse a sua lista de referência de mediadores - de assistentes sociais, de psicólogos - aos mediadores socioeducativos que estão a ser formados. Está bem?

Há um autor (Connell, 1997) que sustenta a necessidade de ser definido um novo “caderno de encargos” para a educação que permita uma maior justiça educativa e curricular e que amplie as condições de diálogo escola-comunidade. E considerando a responsabilidade social que todos temos em relação à educação, neste caderno de encargos tem de ser incluída a figura profissional dos mediadores socioeducativos e da formação. E faço esta afirmação por reconhecer a importância que podem ter os mediadores se quisermos vencer o insucesso escolar que continua a atingir muitas crianças e jovens, desentusiasmados pelo saber escolar e pelo que este lhes pode vir a proporcionar.

Rosa Novo – Represento a Federação das Associações de Pais do distrito do Porto. Portanto, foi com bons olhos que vi aqui abordar questões como o envolvimento de toda a comunidade educativa. O mesmo já se passou de manhã com um bom exemplo que a Covilhã nos trouxe.

Alegra-me ver aqui duas Câmaras Municipais, e ver que o Porto está a mudar. A Câmara do Porto está com novas ideias e isso é ótimo, realmente era uma lacuna que existia a nível da área metropolitana.

Colocava uma questão que é muito preocupante, uma vez que estamos a falar em novos compromissos, que é a do pessoal não docente

– é um problema grave e, infelizmente, temos tido um péssimo remedeio com o Programa FOCO. Algumas pessoas, depois de dois ou três dias de formação, vão-se embora, ou seja, está-se a formar uma pessoa que está a tentar aprender as regras da escola, a ambientar-se e que, depois, se vai embora e vem outra. Nunca mais conseguiremos estabilidade.

Com esta possibilidade de transferências de poderes para as autarquias e com o poder das autarquias de celebrarem contratos, colocava a questão aos dois autarcas aqui presentes: nesta transferência de competências, com que olhos é que vêm a estabilização também deste quadro de pessoal? Porque é bom para os pais, é bom para os professores, é bom para toda a comunidade em geral.

Vladimiro Feliz – Relativamente à D.^a Rosa Teixeira, vou dar-lhe algumas notas. Estranho que não me conheça, porque achei curioso no primeiro semestre deste ano ter recebido uma carta sua a felicitar a Câmara do Porto pelo apoio que dá às crianças do ATL. Tenho-a lá, portanto não estou aqui a relatar um facto que não seja verdade. Dar-lhe nota também que estive presente na Escola do Aleixo, já por duas vezes, mas não faço o que muita gente faz quando se desloca à escola, que se desloca com comunicação social para fazer números e para fazer *show off*. Prefiro trabalhar o projecto educativo do Porto e trabalhá-lo com seriedade.

Relativamente à representante da Federação Distrital das Associações de Pais, dar-lhe nota do seguinte. Obviamente que a questão dos auxiliares é uma questão que nos preocupa. No Porto, o vereador Fernando Paulo tem uma visão que aqui é comum, mas divergimos nalguns princípios que têm a ver acima de tudo com o seguinte:

Achamos que as competências devem ser assumidas por quem as tem e por quem as tem institucionalmente. No entanto e cientes daquilo que se está a passar no ensino básico do 1.º ciclo nas escolas do Porto, juntamente com os agrupamentos, resolvemos transferir uma verba acrescida para assegurar uma componente de acompanhamento à actividade lectiva.

Não é suficiente, entendemo-lo, mas é um primeiro sinal de que estamos disponíveis para colaborar.

Dar-lhe nota também que vemos com bons olhos a transferência de competências nomeadamente ao nível do pessoal não docente. No entanto que não seja feita com base nos rácios actuais, que seja feita com base em rácios nacionais e que tenham exequibilidade na implementação dos projectos educativos.

Quando dizia que divergia com o Vereador Fernando Paulo não é uma divergência de fundo, é na questão que eu acho que quem tem as competências alocadas deve criar condições para responder às necessidades respectivas, para que não ocorra uma transferência de competências por simpatia. Em última instância cabe às autarquias tapar alguns dos buracos que existem no sistema educativo em Portugal.

Fernando Paulo – Respondendo à questão dos auxiliares, informo que não os colocamos, pois o mesmo acontece se faltar um professor de Português ou de Francês, ou um professor do 1.º ciclo. A Câmara não tem competência legal para o efeito. Logo não podemos suprir a falta de recursos do pessoal auxiliar no 1.º ciclo, uma vez que é uma competência do Ministério da Educação, tal e qual como são os professores. Suprimos em situações que consideramos que a Câmara tem responsabilidades, como é o caso no acompanhamento das refeições.

Em todo o resto, estamos de acordo com o Colega da Câmara do Porto e também estamos receptivos para acolher a transferência de competências em matéria de educação, em várias áreas, incluindo a gestão do pessoal não docente. Aliás, dissemo-lo à Senhora Ministra, apesar de no próximo ano a transferência não poder ser universal. A Câmara de Gondomar está disponível para estudar um protocolo com o Ministério e fazermos a gestão do pessoal não docente, a título experimental, pois consideramos que o défice de pessoal é um dos maiores constrangimentos no 1.º CEB.

Relativamente à questão colocada pela Senhora Doutora Carlinda Leite, tenho a dizer o seguinte. Se quiséssemos avançar com um projecto com técnicos especificamente colocados para o efeito pelo Ministério da Educação nunca mais avançaríamos ou ficaríamos pela experiência piloto. Apesar de compreender a sugestão, temos que ser realistas e partir do possível. Ou seja, com os meios de que disponho que posso fazer para reduzir as situações de abandono e absentismo escolar? Porém, espero ajudarmos a criar a necessidade e que no futuro as escolas possam contar com técnicos específicos para que a escola seja, efectivamente, para todos e onde todos se sintam como parte dela.

Este projecto da mediação não é meu. É um projecto que resultou de um conjunto de pessoas que integravam a Comissão que eu liderava e resultou da reflexão conjunta sobre os problemas, da capacidade que tivemos para nos sentarmos e tornarmos presente a frase de Marx *“os filósofos se limitaram a interpretar o mundo. Cabe-lhes agora transformá-lo”*.

Uma palavra final para a senhora D.^a Rosa do Aleixo. Embora a questão não me tenha sido colocada directamente gostaria de comentar. Conheci a D.^a Rosa do Aleixo, há uns 8 ou 10 anos, em que me desloquei ao Bairro com o saudoso Professor Vieira de Carvalho, numa acção de campanha eleitoral. Fomos recebidos com a esperança estampada no rosto da D. Rosa que o dar a conhecer os problemas poderia levar à sua resolução. Independentemente das questões partidárias, fomos bem recebidos e recordo, sempre, o entusiasmo como a D. Rosa falou das crianças, dos habitantes, dos projectos e na luta diária em prol da sua defesa.

Conheço o meu colega Vladimiro e acredito que ele tem a mesma força, a mesma vontade em ajudar a resolver os problemas do Aleixo.